

sobre o "Serviço Cívico" e

a Entrada na Universidade

De há meses para cá que o Governo Provisório, pela boca do(s) seus Ministro(s) da Educação e Cultura (MEC), vinha dizendo ser "impossível" a entrada na Universidade de todos os candidatos (28000) e vinha "propondo", em vez da entrada, a realização daquilo a que chamava um "serviço cívico".

Um ministro foi e outro veio, enquanto entre os estudantes do 1.º ano ganhava apoio a exigência de entrada para todos e a recusa do "serviço cívico", considerado geralmente uma "solução" tirada "da manga" para atamancar o problema do 1.º ano, e por muitos tido como o esboçar, por parte do MEC, de medidas tendentes a resolver o "problema do ensino" no interesse da classe burguesa.

Pois há dias o "nosso" Ministro veio-nos informar "democraticamente", através da Televisão — a mesma Televisão onde nunca houve um minuto sequer para os estudantes do 1.º ano exporem as suas razões, a mesma Televisão onde os Partidos da coligação, enquanto nos bastidores usam golpes sujos uns contra os outros, estão de acordo num ponto: não permitir que os Partidos revolucionários, a voz dos revolucionários lá se faça ouvir! — veio-nos o "nosso" ministro informar que "este ano não entraria ninguém para o 1.º ano" e que "ia haver mesmo" o tal "serviço cívico".

Eis, sobre este problema, a posição dos CEURs:

EXIJAMOS A ENTRADA NA UNIVERSIDADE DE TODOS OS CAMARADAS DO 1.º ANO!

O Governo diz que não é possível a entrada dos camaradas do 1.º ano na Universidade. Porquê? Porque "não há salas, não há professores, não há dinheiro" para eles frequentarem um ensino "de qualidade". Será verdade o que diz o Governo? Temos que confessar que sim! Para quem, como o Governo, não quer nacionalizar os palacetes dos ricos, não quer expropriar os edifícios ao serviço do ócio e da luxúria da burguesia (coisa que um governo popular faria), para quem, como o Governo, não quer tocar nos privilégios dos doutor zecos — camada social onde se encontram dos mais ferrenhos defensores do Governo Provisório (é só ligar a TV e ouvir) — que dão umas horitas de aulas por semana e saltitam de "tacho" em "tacho" acumulando grossas maquinas sem que da sua atividade se retire um grama sequer de utilidade para o povo português (e um governo popular acabaria com os privilégios desses parasitas), para quem, como o Governo, não quer ir buscar o dinheiro onde ele existe, não quer nacionalizar sem indemnização a grande indústria e os latifúndios, propriedade da grande burguesia e dos latifundiários, que foram durante décadas os principais beneficiários do regime fascista, à sombra do qual exploraram impiedosamente o povo português e os povos irmãos das colónias e que são hoje a base social de apoio dos conspiradores fascistas (e a expropriação dos grandes capitalistas e dos latifundiários, ligados ao imperialismo, seriam medidas imediatas de um governo popular), é de facto impossível resolver os "problemas técnicos" citados. "Problemas técnicos" insolúveis por um governo que tomou a opção política de tentar salvar do naufrágio o sistema de exploração do homem pelo homem, que o regime fascista serviu, de tentar resolver em favor da burguesia a crise aguda que mina o capitalismo português.

Também é "impossível" para este governo acabar com o desemprego, que lança na miséria centenas de milhares de trabalhadores! Quem, como o Governo Provisório, pretende estar de bem com Deus e o Diabo, conciliar os interesses dos trabalhadores com os da burguesia exploradora, não pode acabar com os despedimentos! Porque para isso seria preciso pôr fim à anarquia que

é a produção capitalista, a ganância do lucro própria da "lei da selva" capitalista, socializar os meios de produção, planejar a produção de acordo com os interesses das classes trabalhadoras, e isso são um Governo Popular, saído da tomada do poder pela classe operária e demais trabalhadores, vigente numa sociedade socialista, que abra caminho à sociedade sem classes, fará!

O actual governo que, por muito que esta afirmação "choque" alguns estudantes que vêem ter ele sido responsável pela queda do fascismo, defende hoje em Portugal os interesses da burguesia, tenta "meter na ordem" (burguesa) a Universidade. Está lá mais gente do que é preciso "formar" no actual momento de "crise"? Fecham-se as entradas! Os estudantes do 7º ano estilhaçaram a selecção o ano passado? O Governo "arrepia caminho" e já fala em aptidão para o ano!

Quanto à "qualidade" do ensino "garantida" pela não entrada dos camaradas do 1º ano, aconselhamos o sr. ministro a perguntar o que pensa dessa "qualidade" o operário da Lisnave ou o assalariado agrícola do Baleizão... Que nos responde, sr. ministro? Que o Champalimaud, o MDE/S e o CIP e o sindicato (reformista) dos conciliadores de classes e ofícios correlativos "estão" consigo? "Diz-me com quem andas, dir-te-ei (a V. Ex. sr. ministro) quem és!..."

Camaradas do 1º ano!

O MEC pretende, com a proibição da vossa entrada, começar a rentabilização, em proveito da burguesia, do ensino superior. As "desculpas" que apresenta são, como vimos, "de mau pagador". Mas ele está decidido a levar a dele "avante"! Mesmo em escolas onde as próprias Comissões de Gestão afirmavam mais ou menos claramente poderem todos os candidatos ser admitidos, como Agronomia, Veterinária, Iscte e Letras, recusa agora o sr. ministro a entrada. Tanto pior! É o próprio ministro que nos mostra que são unidos e firmes, e com o apoio dos camaradas da Universidade, imporemos a nossa entrada, a abertura de matrículas (ou a confirmação das já efectuadas) e o começo das aulas do 1º ano!

SIM AO DERRUBAR OS MUROS DA UNIVERSIDADE, NÃO AO "SERVIÇO CÍVICO" DO MEC!

O "Serviço Cívico" do MEC surge, em primeiro lugar, para "justificar" a nossa não entrada. Mas não só! O MEC diz que o seu "serviço cívico" vem ajudar a "reconstrução nacional".

Camaradas, o podre capitalismo português, não tem obras que lhe valham! Toda a "reconstrução nacional", enquanto não se acabar a vida de ócio da minoria parasita que era (sob o fascismo e antes dele) e é uma autêntica sanguessuga das riquezas produzidas pelo povo trabalhador, que tudo produz e só tem trabalho, miséria e, agora, "democracia", palavra esta muito bonita com que se pretende iludir o Povo e pô-lo a "reconstruir" a economia dos capitalistas, muito abalada pela perda das colónias e pela crise mundial que atinge o imperialismo. É nesta ilusão (com vantagens bem chorudas para os capitalistas) que a linhariam os estudantes se adoptassem o "serviço cívico" do MEC e se fossem para os campos e as fábricas armados em "Quixotes" da "reconstrução nacional". E com a particularidade de irem cumprir tarefas como "a construção de esgotos (...) a abertura e melhoria de vias de comunicação (...) a electificação de zonas rurais, a construção e conservação de salas destinadas a espetáculos recreativos (...) e trabalhos agrícolas em propriedades do Estado" (quem o diz é a Intersindical, organismo sindical cujos dirigentes são "unha com carne" com os partidos da coligação, pelo que estão com certeza bem informados das intenções do MEC), tarefas de onde têm sido despedidos, por todo o país, trabalhadores. Então os estudantes iriam (e é a Intersindical, que devia defender os trabalhadores, que, sem vergonha, nos convida!) construir salas e fazer trabalhos agrícolas, quando o sector da construção civil e os campos do Alentejo são dos mais atingidos pelos despedimentos?!

Os defensores do "serviço cívico" com mais "lâbia" usam mesmo o "argumento" de que "também na China Popular, antes de se entrar para a Universidade, há um período de dois a três anos de trabalho no campo". Um dos que assim argumenta é Faústio da Silva (no Diário de Notícias), antigo director do GEPAE

(ligado aos Ministérios da Educação de Marcelo) e antigo director do Técnico (onde recorreu frequentes vezes à polícia de choque, encerrou a Associação de Estudantes e ordenou inquéritos disciplinares), e que, expulso após o 25 de Abril pelos camaradas do Técnico, é o actual Reitor da Universidade Nova de Lisboa. São desta estirpe alguns dos defensores do "serviço cívico"! Eles sabem da grande simpatia que a China Popular desperta junto a todos os estudantes progressistas que reconhecem nela um País que põe fim à exploração e à fome, que avança na edificação do Socialismo e que é a retaguarda segura do movimento anti-imperialista mundial, da luta dos Povos do 3º Mundo contra as superpotências. E tentam esses "amigos de Peniche" da China usar o nome da China Popular para os seus fins reacccionários!

Camaradas! Na China há um ensino ligado aos problemas do Povo e não o ensino acrítico e desligado da realidade que é o "nosso"! Os estudantes do ensino superior são escolhidos fundamentalmente pela sua vontade de servir o Povo e não, pela sua origem social privilegiada, como entre nós! O ensino é científico, divulga a ideologia da classe operária e não a ideologia burguesa como o "nosso"! O ensino superior na China não é uma maneira de "subir na vida", de tirar um "canudo" inútil, como entre nós, mas o local para obter conhecimentos mais especializados, onde, movidos pelo desejo de serem úteis às classes trabalhadoras, que são quem dirige a sociedade, os estudantes obtêm conhecimentos úteis a Sociedade Socialista! Na China há o ensino que iremos ter em Portugal, por mais que os Faustos e os Prestes façam, quando a classe operária e os seus aliados derrubarem o capitalismo, instaurarem a Democracia Popular e o Socialismo!

Os CEURs exortam todos os estudantes progressistas a recusarem os convites do MEC para irem "reconstruir a economia" capitalista, para irem roubar lugares aos trabalhadores despedidos, para irem (quem sabe?) substituir trabalhadores grevistas, "a bem da democracia".

Mas camaradas, devemos combater junto dos nossos colegas menos esclarecidos as ideias de que "dizemos não ao serviço cívico, porque é mais cómodo" e isolar os elementos mais reacccionários (bem sabemos que o CDS, o PPD e outros partidos recheados de fascistas e ligados ao grande capital procuram alargar a sua influência ao meio estudantil, através das suas "Juventudes"). E paradoxalmente certos colegas que falam do "serviço cívico" como sendo "trabalhos forçados" para os estudantes, que dizem que "o governo quer pôr os estudantes a partir pedra" só reforçam a influência de essas ideias. Os estudantes revolucionários e progressistas não recusam o "serviço cívico" por serem "mandriões", "filhos de família privilegiados" e outros elogios com que o P"CC", o MEC, a Intersindical e a U E"CC" (organização reformista estudantil ligada ao falso partido comunista — é por serem falsos comunistas que pomos as aspas no C).

Foi a repressão fascista que fechou os estudantes nas escolas impedindo-os de apoiar as lutas populares, também elas ferozmente reprimidas. Mas quando em 1967 as inundações levaram a morte aos bairros de Lisboa e arredores, logo os estudantes pararam as aulas e (perante a oposição do governo) foram ajudar a socorrer as vítimas.

Hoje devemos afirmar a nossa determinação de derrubar os muros da universidade, de conhecermos a vida e os problemas do povo trabalhador, e de apoiarmos as suas lutas contra o fascismo e a exploração! Mas quando formos vacinar, tratar as doenças, ensinar a ler, etc. devemos ter consciência que essas são medidas de emergência, nossas para com a vida miserável a que o capitalismo condena o Povo Português, não são medidas para "consolidar a democracia", a democracia burguesa, que devemos repudiar! A miséria do nosso povo não é devida ao fascismo (ao contrário do que nos quer convencer o governo, o MFA e os Partidos burgueses que temem o fim do capitalismo como o diabo foge da cruz), mas sim à exploração capitalista, que o fascismo protegeu mas que a "democracia" do PPD, P"S" e P"CC" permite que subsista! E devemos, mais, ter clara consciência que não iremos, com essas medidas de emergência, nossas, resolver os problemas do Povo Português, ou "ir resolvendo", porque a solução para os despedimentos, a alta do custo de vida, a doença e a fome, é o fim da exploração do homem pelo homem, e quem "resolverá" tal problema é a classe operária, os camponeses pobres, os trabalhadores da cidade e do campo, e não, em vez deles, os "senhores estudantes" benfeitores, como

querem fazer crer (aos estudantes e aos trabalhadores) os reformistas !

E agora que o senhor ministro se propõe levar às vilas e aldeias de Portugal alguns milhares de estudantes, aproveitemos a sua "deixa"! Ao mesmo tempo que devemos continuar a exigir a entrada de todos os camaradas do primeiro ano, e a desmascarar os intentos do "serviço cívico", devemos organizar-nos, e exigir o apoio do MEC quanto a finanças e alojamentos (e é que se propunha arranjá-los para o seu "serviço cívico"), uma actuação estudantil junto ao povo português, que esteja incluída no período oficial de aulas, e que abranjerá rotativamente uma certa parcela do total dos estudantes (um terço, por exemplo dos estudantes, em cada um terço do ano lectivo).

Mas que esta iniciativa contribua no sentido progressista que acima avançamos, haverá que impor ao MEC uma série de regras para essa campanha:

- 1º) Recusa de desempenharmos tarefas que possam ser cumpridas por trabalhadores desempregados
- 2º) Completa autonomia face ao governo provisório aos partidos políticos e ao MFA, devendo a campanha ser coordenada por estruturas designadas democraticamente pelos estudantes.
- 3º) Exigência de que o governo deixe de reconhecer a fraudulenta "Comissão Pró-UNEP" dos reformistas apadrinhada pela UE"C", como representativa dos estudantes.
- 4º) Única e exclusiva subordinação dos estudantes participantes às decisões das massas trabalhadoras locais interessadas, decisões democraticamente tomadas por elas, e não por alguém a seu cargo.

Todas as evasivas do MEC a esta proposta (o numero de estudantes presentes em cada altura na escola ficará aliás reduzido !) deverão ser desmascaradas junto a todos os estudantes.

A estrutura coordenadora da campanha, democraticamente eleita pelos estudantes deverá divulgar as experiências recolhidas denunciando amplamente qualquer tentativa de utilizar brigadas estudantis contra os interesses das massas trabalhadoras denunciando os despedimentos, os maneios locais dos fascistas, etc, etc.

Esta campanha que os CEURs propõem, bem como aliás a resposta que o MEC der a esta proposta (uma vez aprovada pelos estudantes), serão ricas de ensinamentos para as massas estudantis, quanto às condições de vida do povo português, quanto aos intentos e ao carácter do governo provisório.

Esta campanha deve abranger não só os camaradas do 1º ano, mas sim todos os estudantes. O MEC só "brindava" com o "Serviço Cívico" o 1º ano, porque fundamentalmente queria resolver a nossa não entrada e porque, além disso, queria isolar-nos dos nossos camaradas dos outros anos para "evitar o contágio" com os mais velhos, "já prevertidos pelas minorias agitadoras". Cabe-nos evitar esse isolamento, propondo a todos os camaradas das Universidades esta campanha.

**EXIJAMOS A ENTRADA NA UNIVERSIDADE DE TODOS OS CAMARADAS DO 1º ANO !
SIM AO DERRUBAR DOS MUROS DA UNIVERSIDADE ; NÃO AO "SERVIÇO CIVICO"
DO MEC !**

CEURs - COMISSÕES ESTUDANTIS DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
7 de Janeiro de 1975

